

Educação 2019

PNAD
contínua

ISBN 978-65-87201-09-2
© IBGE, 2020

Iniciada em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹ vem, desde então, levantando trimestralmente, por meio do questionário básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A partir de 2016, foi introduzido na pesquisa o módulo anual de educação que, durante o segundo trimestre² de cada ano civil, amplia a investigação dessa temática para todas as pessoas da amostra.

Tendo em vista retratar o panorama educacional da população do Brasil, são apresentados os resultados do questionário anual de educação com referência no segundo trimestre de 2019, assim como algumas comparações com os resultados do mesmo trimestre dos anos de 2016 a 2018.

O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro, é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), assim como outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o conjunto normativo da educação no Brasil. Segundo a LDB, a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior. A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial³ e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua. Além da educação escolar, a LDB ainda define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

¹ Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=o-que-e>>.

² A fixação da coleta do questionário ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro

³ Modalidade oferecida para o educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.

Cabe lembrar que, devido às reformas educacionais já ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginásial; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo.

Taxa de analfabetismo

	2016	2018	2019
15 anos ou mais	7,2%	6,8%	6,6%
60 anos ou mais	20,4%	18,6%	18,0%

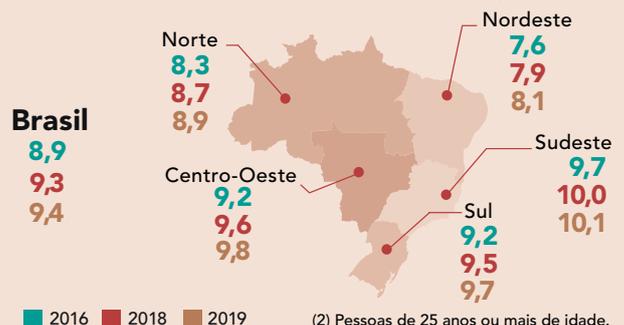


Nível de instrução (1)

	2016	2018	2019
Sem instrução	7,8%	6,9%	6,4%
Concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório	45,0%	47,4%	48,8%

(1) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Número médio de anos de estudo (2)



Analfabetismo

No Brasil, em 2019, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6%. Dessas pessoas, 56,2% (6,2 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 21,7% (2,4 milhões de pessoas) na Região Sudeste. Em relação a 2018, houve uma redução de 0,2 pontos percentuais (p.p.). no número de analfabetos do País, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil analfabetos em 2019.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população.

A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2019, foi de 6,3%, enquanto a dos homens foi de 6,9%. Em relação a 2018, essa taxa caiu 0,3 p.p. para as mulheres e 0,1 p.p. para os homens. Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres se igualou à dos homens, alcançando 18,0% em 2019. Esse valor, no entanto, foi quase três vezes maior do que para o grupo de pessoas de 15 anos ou mais.

Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. Comparando-se os dados de 2019 com 2016, nota-se uma queda de 2,1 p.p. para pessoas de cor branca e de 3,6 p.p. para pretas e pardas.

Entre as Grandes Regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas⁴ – 13,9% e 7,6%, respectivamente, em 2019 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade – enquanto o Centro-Sul do País, taxas bem mais baixas. Em relação a 2018, a proporção de analfabetos neste grupo de idade teve queda em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Nordeste.

Comparando-se os indicadores de 2016 a 2019, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 60 anos ou mais no Brasil manteve o comportamento da faixa de idade mais nova, de 15 anos ou mais. Entretanto os indicadores da faixa mais velha eram de 2,5 a 3 vezes maiores do que os da faixa mais nova. Em 2019, a taxa do Nordeste alcançou 37,2% e a do Norte 25,5%. Por outro lado, Sudeste e Sul ficaram abaixo de 10% e o Centro-Oeste, 16,6%. Frente a 2018, destaca-se a queda de 1,7 p.p. na Região Centro-Oeste e de 1,5 p.p. na Região Norte.

Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no País, o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, determinou, na Meta 9, a redução da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024. Desde 2016, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste haviam cumprido a meta intermediária. Já as Regiões Norte e Nordeste se deparavam com outro panorama ainda em 2019: taxas ainda acima da meta intermediária de 2015. Para a erradicação até 2024, os desafios são diversos entre as regiões, seja devido à tendência de estabilização das taxas no Centro-Sul do País, seja pelo nível mais elevado das taxas no Norte e no Nordeste.

Taxa de analfabetismo (%)

Grupos de idade (%)	15 anos ou mais		7,2	6,9	6,8	6,6
	25 anos ou mais		8,8	8,5	8,2	7,9
	40 anos ou mais		12,3	11,8	11,5	11,1
	60 anos ou mais de idade		20,4	19,2	18,6	18,0
Sexo (%)	15 anos ou mais	Homem	7,4	7,1	7,0	6,9
		Mulher	7,0	6,8	6,6	6,3
	60 anos ou mais de idade	Homem	19,7	18,3	18,0	18,0
		Mulher	20,9	20,0	19,1	18,0
Cor ou raça (%)	15 anos ou mais	Branca	4,1	4,0	3,9	3,6
		Preta ou parda	9,8	9,3	9,1	8,9
	60 anos ou mais de idade	Branca	11,6	10,8	10,3	9,5
		Preta ou parda	30,7	28,8	27,5	27,1

■ 2016 ■ 2017 ■ 2018 ■ 2019

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

⁴ É válido destacar que a taxa de analfabetismo está sendo apresentada com duas casas decimais, visto que, em alguns casos, a diferença se apresenta na segunda casa decimal e é estatisticamente significativa.

Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)													
	15 anos ou mais							60 anos ou mais						
	2016	2017	2018	2019	Variação			2016	2017	2018	2019	Variação		
					2018/2019	2017/2018	2016/2019					2018/2019	2017/2018	2016/2019
Brasil	7,19	6,92	6,77	6,60	↓	↓	↓	20,36	19,21	18,59	18,00	↓	↓	↓
Norte	8,51	8,00	7,98	7,60	↓	↓	↓	29,95	27,39	27,02	25,50	↓	↓	↓
Nordeste	14,79	14,48	13,87	13,90	↑	↓	↓	39,78	38,65	36,87	37,20	↑	↓	↓
Sudeste	3,76	3,51	3,47	3,30	↓	↓	↓	11,64	10,57	10,33	9,70	↓	↓	↓
Sul	3,61	3,52	3,63	3,30	↓	→	↓	11,31	10,86	10,80	9,50	↓	→	↓
Centro-Oeste	5,71	5,23	5,40	4,90	↓	→	↓	21,18	18,96	18,27	16,60	↓	↓	↓

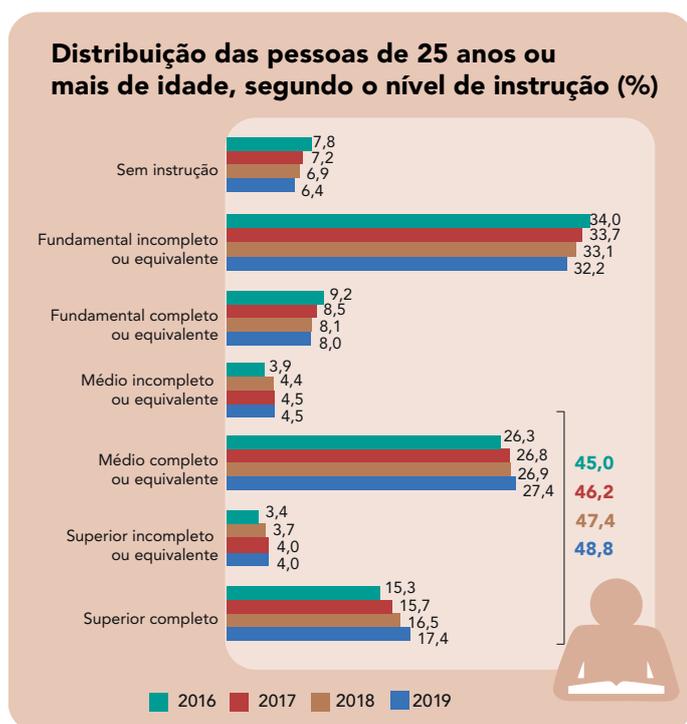
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Notas: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Nível de instrução e anos de estudo

Nível de instrução

O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

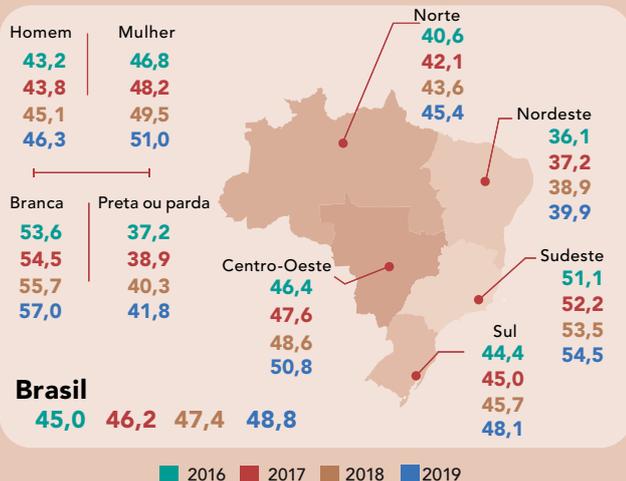
No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 48,8% em 2019. Destaca-se o percentual de pessoas com o ensino superior completo, que passou de 16,5% em 2018 para 17,4% em 2019.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, 6,4% eram sem instrução, 32,2% tinham o ensino fundamental incompleto, 8,0% tinham o ensino fundamental completo e 4,5%, o ensino médio incompleto. Esses quatro grupos apresentaram discretas quedas entre 2018 e 2019. Todavia, apesar dos avanços, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade no Brasil não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2019.

Em 2019, mais da metade das mulheres (51,0%) passaram a ter, ao menos, o ensino médio completo, enquanto entre os homens esse percentual foi de 46,3%. Ambas proporções vêm aumentando desde 2016, sendo mais acelerada entre as mulheres e mostrando que há uma melhoria em termos educacionais. Com relação à cor ou raça, 57,0% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 41,8%, uma diferença de 15,2 p.p. entre os dois grupos analisados. De 2016 para 2019, essa diferença reduziu um pouco – era de 16,4 p.p. em 2016 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos.

Nas Grandes Regiões, também foi observado o aumento da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a educação básica obrigatória. As Regiões Sul e Centro-Oeste registraram os maiores aumentos – 2,4 p.p e 2,2 p.p, respectivamente – em relação a 2018, ao passo que as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as únicas com uma proporção maior que 50%. Por outro lado, nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, a maior parte da população de 25 anos ou mais não havia concluído a educação básica, destacando-se a Nordeste, com 60,1% de pessoas nesta situação.

Pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram ao menos a etapa do ensino básico obrigatório, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



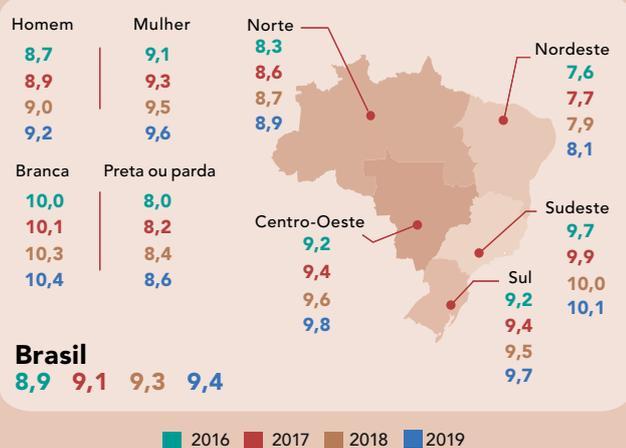
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Número médio de anos de estudo

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2019, foi 9,4 anos. De 2016 a 2018, essa média cresceu 0,2 por ano, com crescimento de 0,1 ano entre 2018 e 2019. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,6 anos, enquanto para os homens, 9,2 anos. Com relação à cor ou raça, mais uma vez, a diferença foi considerável, registrando-se 10,4 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,6 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de quase 2 anos entre esses grupos, o que se mantém desde 2016.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (anos)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste mantiveram-se com uma média de anos de estudo acima da nacional – respectivamente de 10,1, 9,7 e 9,8 anos – ao passo que as Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média do País, com 8,1 anos e 8,9 anos, respectivamente. Além disso, todas as regiões tiveram um aumento entre 2018 e 2019, que variou entre 0,1 e 0,2 ano de estudo.

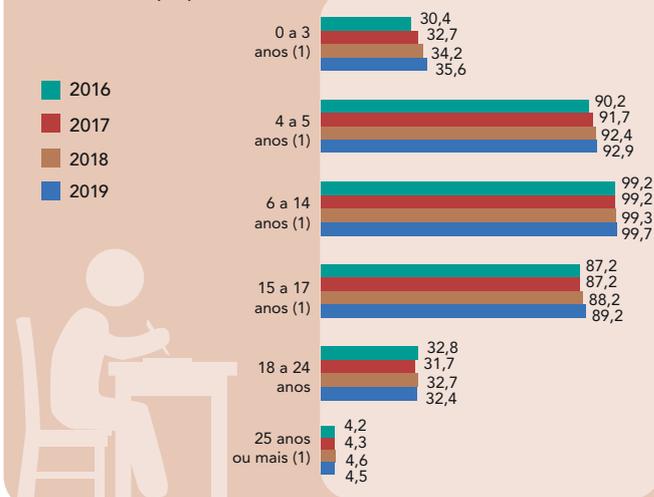
Frequência à escola ou creche

Para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro, utilizam-se dois indicadores como referência: a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida. O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram pelo menos essa etapa) e a população total na mesma faixa etária.

Panorama geral

No Brasil, em 2019, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi 35,6%, o equivalente a 3,6 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2018, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos aumentou 1,4 p.p., mas se comparado a 2016, esta taxa cresceu 5,2 p.p.. Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 92,9% em 2019, frente aos 92,4% em 2018, totalizando pouco mais de 5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, chegando a 99,7% das pessoas na escola em 2019.

Taxa de escolarização, segundo os grupos de idade (%)

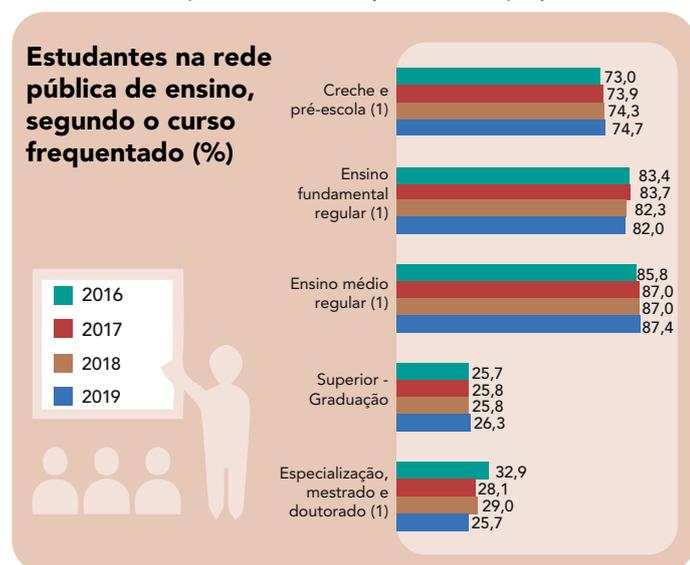


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

(1) As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%.

A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos em 2019 foi de 89,2%, 1,0 p.p. acima de 2018 – valor este que ainda era inferior à universalização do acesso à escola para a faixa etária, conforme indicado na LDB. Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 32,4% e 4,5% estavam frequentando escola, respectivamente. Frente aos resultados de 2018, a escolarização aumentou no Brasil para todas as faixas até 17 anos, apresentou estabilidade estatística para a faixa de 18 a 24 anos e leve queda para a faixa de 25 anos ou mais.

A rede pública de ensino tem atendido a maior parte dos estudantes desde a creche até o ensino médio, sendo, em 2019, responsável por 74,7% dos alunos na creche e pré-escola, 82,0% dos estudantes do ensino fundamental regular e 87,4% do ensino médio regular. Essa preponderância da rede pública nesses cursos é contínua e de um ano para outro a variação tem sido pequena.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

(1) As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Por outro lado, a rede privada atendeu a maior parte dos estudantes de cursos de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Em 2019, 73,7% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada, proporção que se mantém quase estável desde 2016. Nos cursos de pós-graduação, a rede privada foi responsável por 74,3% dos alunos, proporção superior à de 2018 em 3,3 p.p..

Pessoas de 0 a 5 anos de idade

A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos, abrangendo a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos). Em 2013, a educação básica tornou-se obrigatória aos 4 anos de idade e, assim, passou-se a buscar a universalização do ensino a partir dessa idade, além da ampliação do acesso à creche para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Há uma grande variação na frequência à escola ou creche entre as Grandes Regiões e entre as faixas de idade que compõem a educação infantil. Entre as crianças de até 1 ano de idade, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores percentuais em 2019: 2,2% e 5,2%, respectivamente. Por outro lado, no Sul, 25,8% das crianças nessa idade estavam na escola, no Sudeste, 20,8%, e no Centro-Oeste, 12,7%. Se comparado a 2018, houve um aumento significativo da escolarização das crianças de até 1 ano nas Regiões Sul (4,2 p.p.) e Sudeste (3,1 p.p.).

Entre as crianças de 2 a 3 anos, há um salto na escolarização, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, onde o percentual de crianças na escola nessa faixa etária foi mais de 10 vezes maior do que na faixa de até 1 ano, sendo de 32,1% no Norte e 55,5% no Nordeste. Na Região Sul, a taxa mais que duplicou, alcançando 59,5%. Já no Sudeste e Centro-Oeste, triplicou, respectivamente com 62,8% e 43,1%. Além disso, a escolarização das crianças de 2 a 3 anos aumentou entre 2018 e 2019, com destaque para a Região Sul com crescimento de 4,3 p.p..

Taxa de escolarização das pessoas de 0 a 5 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)								
	0 a 1 ano		Variação 2018/2019	2 a 3 anos		Variação 2018/2019	4 a 5 anos		Variação 2018/2019
	2018	2019		2018	2019		2018	2019	
Brasil	12,5	14,4	↑	53,8	55,4	↑	92,4	92,9	↑
Norte	3,0	2,2	→	31,1	32,1	↑	86,4	86,6	↑
Nordeste	4,6	5,2	→	54,2	55,5	↑	95,4	95,8	↑
Sudeste	17,7	20,8	↑	61,3	62,8	↑	93,8	94,3	↑
Sul	21,6	25,8	↑	55,2	59,5	↑	90,0	91,8	↑
Centro-Oeste	11,4	12,7	→	43,0	43,1	↑	86,3	87,3	→

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Em termos do PNE, a Meta 1 estabeleceu que, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos frequentem creche até o final da vigência do Plano e que a educação infantil na pré-escola seja universalizada até o ano de 2016. Em 2019, no entanto, nenhuma Grande Região havia cumprido a universalização da pré-escola, já a taxa de escolarização de 0 a 3 anos foi de 17,6% no Norte, 31,3% no Nordeste, 42,4% no Sudeste, 43,3% no Sul e 28,2% no Centro-Oeste. A Grande Região que registrou maior aumento, em comparação com o mesmo período de 2018, foi a Sul, com 4,5 p.p., enquanto a Norte teve queda de 0,1 p.p. e a Centro-Oeste de 0,3 p.p..

Principal motivo de não frequentar escola ou creche

Em 2019, no Brasil, 67,0% das crianças de 0 a 1 ano e 53,5% das crianças de 2 a 3 anos não frequentavam creche por opção dos pais ou responsáveis. Em todas as Grandes Regiões, a opção de não colocar a criança de 0 a 3 anos em creche foi prevalente, sendo que o percentual que alegou esse motivo se manteve maior na faixa de 0 a 1 ano do que na faixa de 2 a 3 anos. A Região Sudeste registrou o maior percentual (73,0%) para 0 a 1 ano, enquanto o menor ocorreu na Norte (58,4%). Para as crianças de 2 a 3 anos, essa motivação foi maior na Região Sul (60,5%) e menor na Região Nordeste (44,2%).

A não existência de escola/creche na localidade, falta de vaga ou não aceitação de matrícula por causa da idade da criança foi o segundo motivo mais apontado. No País, este percentual foi de 27,5%

para a faixa de 0 a 1 ano e de 39,9% para 2 a 3 anos. As Grandes Regiões que se destacaram por este motivo foram a Norte, com 37,4% para as crianças de até 1 ano, e a Nordeste, com 49,3% para as crianças maiores, o que demonstra uma deficiência na oferta de escolas ou disponibilidade de vagas na educação infantil nas duas Regiões.

Pessoas de 6 a 14 anos de idade

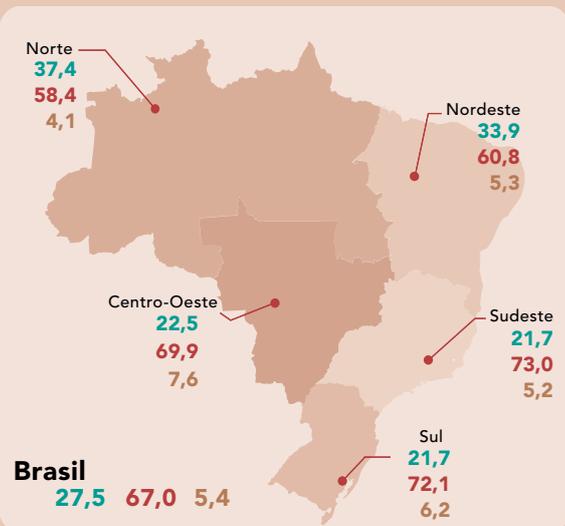
A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, em 2019, foi de 99,7%, o equivalente a um contingente de 25,8 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro. Essa taxa subiu 0,4 p.p. em relação a 2018 e seu patamar elevado vem se mantendo desde 2016, ficando muito próximo à universalização estabelecida pela Meta 2 do PNE.

Em todas as Grandes Regiões, a taxa de escolarização foi alta. O Sudeste se destacou por ter 99,9% das crianças de 6 a 14 anos na escola e, mesmo o Norte, com a menor proporção, chegou a 99,3%. Se comparado a 2018, todas as Grandes Regiões registraram aumento da taxa.

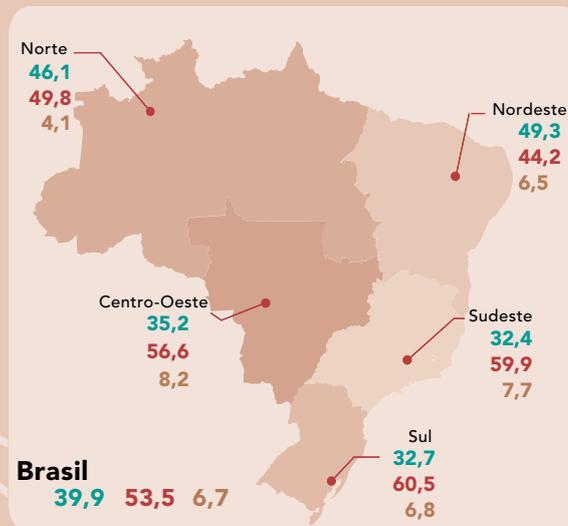
Apesar da elevada taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, chamam atenção os resultados que indicam a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado. Para esse monitoramento, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida que, para o ensino fundamental, pode ser dividida entre a etapa dos anos iniciais (até o 5º ano) e dos anos finais (do 6º ao 9º ano).

Principal motivo de não frequentar escola ou creche, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

De 0 a 1 ano de idade



De 2 a 3 anos de idade



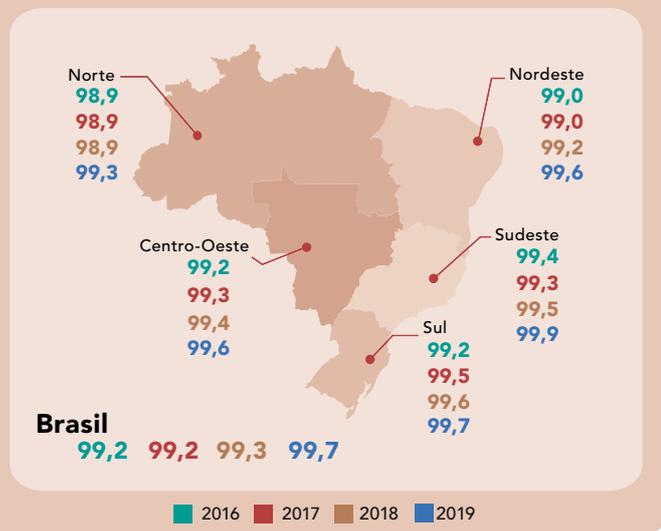
■ Não tem escola/creche na localidade, falta vaga ou a escola não aceita a criança por conta da idade

■ Por opção dos pais ou responsáveis

■ Outro motivo

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Em 2019, 95,8% das crianças de 6 a 10 anos estavam frequentando os anos iniciais do ensino fundamental, etapa escolar idealmente estabelecida para esta faixa etária. Frente a 2018, houve uma ligeira queda (0,3 p.p.). No entanto, desde 2016, essa taxa se mantém acima de 95,0%, o que é bastante elevado. É importante destacar que esse indicador para a faixa de 6 a 10 anos pode ter uma ligeira defasagem de cálculo, visto que o momento da entrada da criança

na escola pode variar, mesmo que atualmente haja uma normativa para que o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental seja aos 6 anos completos até o último dia de março⁵.

Ao analisar esse indicador por sexo, 95,8% dos homens e das mulheres estavam na idade/etapa adequada. Em relação à cor ou raça, essa taxa foi de 95,7% para as pessoas brancas e 95,9% para as pessoas pretas ou pardas.

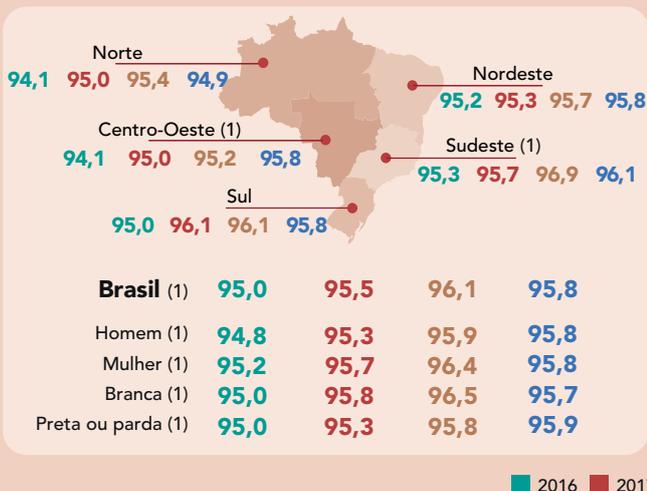
Por Grandes Regiões, o panorama foi similar ao nacional: uma taxa ajustada de frequência escolar líquida elevada nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2019, o Sudeste se destacou com 96,1%, como a Região com a maior taxa, apesar da redução de 0,8 p.p. entre 2018 e 2019. Já o Centro-Oeste, com 95,8%, teve um aumento de 0,6 p.p. entre os dois últimos anos. Nas demais Regiões, essa taxa ajustada se manteve estatisticamente estável.

Na etapa final, idealmente estabelecida para o grupo de 11 a 14 anos de idade, a taxa ajustada de frequência escolar líquida no Brasil foi 87,5%, 0,8 p.p. maior que a de 2018. Em termos regionais, nota-se que o Centro-Sul do País registrou taxas acima de 89%, já o Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional com, respectivamente, 84,3% e 81,2%. Todas as Grandes Regiões tiveram aumento, exceto o Centro-Oeste, que apresentou estabilidade.

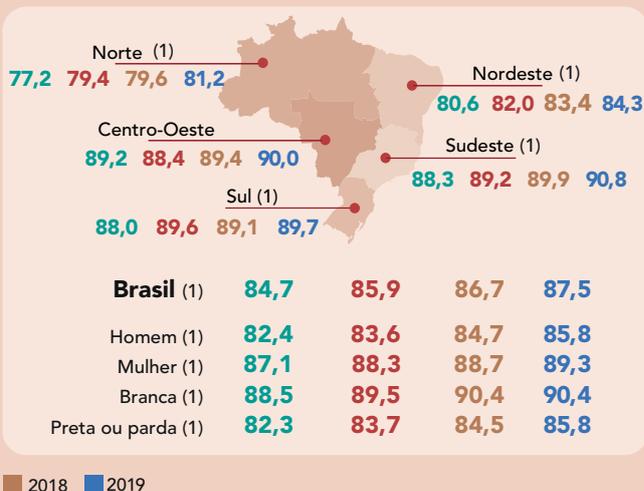
Entre os homens de 11 a 14 anos, 85,8% estavam frequentando os anos finais do ensino fundamental, já entre as mulheres, essa proporção foi de 89,3%, um avanço de 1,1 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente, em relação a 2018. Entre as pessoas de cor branca, 90,4% estavam na idade/etapa adequada e, entre as de cor preta ou parda, essa taxa foi 85,8%, com aumento de 1,3 p.p. em relação a 2018.

Taxas ajustadas de frequência escolar líquida aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

6 a 10 anos nos anos iniciais do ensino fundamental



11 a 14 anos nos anos finais do ensino fundamental



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

(1) As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%.

⁵ Cabe informar que no cálculo da taxa ajustada de frequência escolar líquida utiliza-se a idade da pessoa cuja referência é o último dia da semana de referência.

De forma geral, percebe-se que as crianças de 6 a 10 anos se mantêm adequadamente na idade/etapa correta nos anos iniciais do ensino fundamental, porém ao passar para os anos finais, o atraso começa a acentuar. Em 2019, 12,5% das pessoas de 11 a 14 anos de idade já estavam atrasadas em relação à etapa de ensino que deveriam estar cursando ou não estavam na escola. Esse percentual foi ainda maior para os homens (14,2%) e se diferenciou muito entre as Grandes Regiões – no Norte, 18,8%, e no Sudeste, 9,2%.

Logo, nota-se que o atraso escolar e, em menor importância, a evasão, já estavam presentes nos anos finais do ensino fundamental. Isso significa que um grupo de crianças chega atrasado ao ensino médio, ou mesmo deixam de estudar no fundamental. Em muitos casos, essa situação pode vir a se intensificar na etapa escolar seguinte.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade

A taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos subiu 1 p.p. em 2019, chegando a 89,2%. Em termos regionais, destaca-se a melhora no indicador das Regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais regiões, as mudanças não foram significativas.

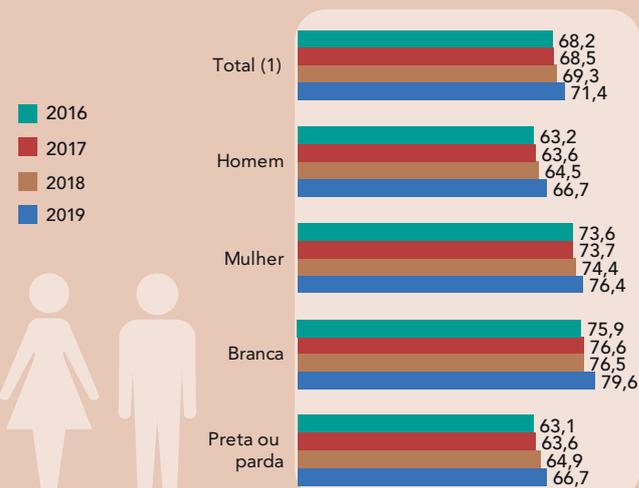
Pelo PNE, a Meta 3 define a universalização, até 2016, do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. Em 2019, todavia, essa parte da meta não havia sido alcançada em nenhuma Grande Região brasileira. A Meta 3 também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida no ensino médio seja elevada para 85,0% até o final da vigência do Plano em 2024. Em 2019, 71,4% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio ou haviam concluído esse nível, 2,1 p.p. a mais do que em 2018, mas com uma diferença de 13,6 p.p. em relação à meta final.

Com relação às Grandes Regiões, houve melhora na taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio de 2018 para 2019. O avanço foi mais intenso no Sudeste (3,1 p.p.) e no Centro-Oeste (2,7 p.p.), apresentando, respectivamente, uma taxa de 79,5% e 74,3%, as duas mais elevadas. Já o Norte teve uma ligeira melhora, mas foi a região com a menor taxa, 62,2%. Ou seja, no Norte, quase 40% das pessoas de 15 a 17 anos não frequentavam o ensino médio

ou haviam evadido a escola em 2019. Vale ressaltar que, frente à meta do PNE (85% em 2024), esses resultados indicam que as regiões terão que enfrentar vários desafios, inclusive dar uma maior importância ao atraso escolar que vem do ensino fundamental.

Ao analisar o indicador por sexo, percebe-se que, entre as mulheres de 15 a 17 anos, 76,4% estavam frequentando o ensino médio, porém, entre os homens desta idade, a taxa foi de 66,7%, uma diferença de 9,7 p.p.. No tocante à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 79,6% para as pessoas brancas, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 66,7%. Quando se compara 2016 a 2019, observa-se um crescimento semelhante para pessoas brancas (3,7 p.p.) e pretas ou pardas (3,6 p.p.), todavia mantendo uma diferença entre os dois grupos de mais de 12 p.p..

Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo, a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

(1) Inclusive para as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade, por situação de escolarização, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)				Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Brasil	87,2	87,2	88,2	(1) 89,2	68,2	68,5	69,3	(1) 71,4
Norte	87,6	86,6	88,2	88,7	58,2	59,7	61,9	(1) 62,2
Nordeste	86,0	86,1	86,9	(1) 88,0	59,2	60,7	61,3	(1) 63,3
Sudeste	88,2	88,7	88,9	89,1	76,9	76,5	76,4	(1) 79,5
Sul	86,2	85,8	88,2	(1) 91,6	69,4	69,6	71,5	(1) 72,9
Centro-Oeste	88,5	87,0	89,4	(1) 90,7	70,1	70,4	71,6	(1) 74,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

(1) As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada. Contudo, como visto anteriormente, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Conseqüentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentavam mais a escola e alguns ainda estavam frequentando as etapas da educação básica obrigatória.

Em 2019, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%, percentual estatisticamente estável frente a 2018. Por sua vez, 21,4% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,1% haviam completado o ensino superior e 63,5% não frequentavam escola.

Esse panorama nacional diverge entre as Grandes Regiões. Apesar de as taxas de escolarização serem semelhantes, o ajuste idade/etapa foi bem diferente. No Centro-Sul, o atraso escolar dos estudantes de 18 a 24 anos ficou entre 8,0% e 9,6% e o percentual de pessoas que não estudavam por já terem completado o ensino superior variou de 4,8% a 5,7%. Já no Norte e no Nordeste, esse atraso foi maior, em torno dos 15%, enquanto o percentual de não estudantes com uma graduação completa não passou de 3%.

Essa mesma análise pode ser feita entre sexo e entre cor ou raça, de forma a apontar para os diferentes cenários que os jovens de 18 a 24 anos vivem no Brasil. Em 2019, um percentual maior de mulheres nessa faixa etária frequentava a escola (34,2% frente a 30,7% dos homens). Além disso, 24,5% delas eram estudantes de graduação e 5,1% tinham este grau concluído, enquanto, entre os homens, esses percentuais foram de, respectivamente, 18,4% e 3,1%. Além de um maior atraso (12,3%), 66,3% dos homens de 18 a 24 anos não frequentavam escola, apesar de não terem concluído o ensino obrigatório.

Por cor ou raça, o cenário foi ainda mais marcante, visto que 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. Adicionalmente, 6,0% dos jovens brancos nessa faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,8%.

Em termos de PNE, a Meta 12 estabelece que a taxa de frequência escolar líquida no ensino superior para a população de 18 a 24 anos seja elevada para 33%, ao final da vigência do Plano (2024). Em 2019, no Brasil, essa meta havia sido alcançada somente entre as pessoas de cor branca (35,7%). Neste sentido, o desafio da País será reduzir as desigualdades de acesso ao ensino superior, além de um combate forte ao atraso escolar e de políticas de incentivo a permanência na escola.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo as Grandes Regiões, o sexo e a cor ou raça (%)

Grandes Regiões, sexo e cor ou raça	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização (1)	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (2)	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Brasil	32,4	25,5	21,4	11,0	4,1	63,5
Norte	33,3	21,0	18,0	15,2	3,0	63,7
Nordeste	32,0	19,5	17,0	15,0	2,5	65,5
Sudeste	31,2	28,1	23,2	8,0	4,9	63,8
Sul	34,6	30,6	25,9	8,8	4,8	60,6
Centro-Oeste	35,0	31,1	25,4	9,6	5,7	59,3
Sexo						
Homem	30,7	21,5	18,4	12,3	3,1	66,3
Mulher	34,2	29,7	24,5	9,7	5,1	60,7
Cor ou raça						
Branca	37,9	35,7	29,7	8,2	6,0	56,1
Preta ou parda	28,8	18,9	16,1	12,7	2,8	68,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

(1) Frequência escolar adequada + atraso escolar dos estudantes. (2) Frequência escolar adequada + não frequência à escola e já concluiu a etapa.

Abandono escolar

Levando-se em consideração todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do País, equivalente a quase 50 milhões de pessoas, 20,2% não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca tê-la frequentado. Nesta situação, portanto, havia 10,1 milhões de jovens, dentre os quais, 58,3% homens e 41,7% mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos.

Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, por sexo e cor ou raça

Sexo e cor ou raça	Total		Que já frequentaram escola	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	10,1	-	9,8	-
Sexo				
Homem	5,9	58,3	5,7	58,1
Mulher	4,2	41,7	4,1	41,9
Cor ou raça				
Branca	2,8	27,3	2,7	27,1
Preta ou parda	7,2	71,7	7,1	71,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Ao analisar a idade que estes jovens de 14 a 29 anos deixaram a escola, é importante observar que os maiores percentuais de abandono a escola se deram nas faixas a partir dos 16 anos de idade (entre 15,8% e 18,0%). Por outro lado, o abandono precoce, ainda na idade do ensino fundamental, foi de 8,5% até os 13 anos e de 8,1% aos 14 anos. Esse padrão se mantém semelhante entre homens e mulheres e entre as pessoas de cor branca e preta ou parda. Vale destacar que o grande marco da mudança foi a idade de 15 anos que, em geral, é a idade de entrada no ensino médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola quase duplica frente aos 14 anos de idade.

Em termos regionais, nota-se que o abandono escolar precoce até os 13 anos foi mais acentuado no Norte (9,7%), no Nordeste (9,0%) e no Sudeste (8,7%). Aos 14 anos, a Região Sudeste manteve um percentual de abandono semelhante ao da faixa mais nova e a Região Sul se destacou com 9,9% de saída da escola. O marco dos 15 anos, acontece em todas as Regiões, sendo bem expressivo no Sul (16,3%), no Sudeste (14,9%) e no Nordeste (13,9%). Entre 16 e 18 anos, Norte e Nordeste exibiram percentuais de abandono entre 14,0% e 16,4%, saltando para, respectivamente, 26,6% e 22,2% aos 19 anos ou mais. Essa maior saída tardia da escola deve, provavelmente, estar associada a um esforço desses jovens para recuperar o atraso educacional⁶. No Sul e no Sudeste, houve uma intensificação no percentual de saída aos 16 e 17 anos, variando entre 18,2% e 21,6%, seguido de uma redução a partir dos 18 anos. Já o Centro-Oeste também teve um abandono intensificado entre os 16 e 17 anos, e manteve um percentual neste patamar nas demais idades.

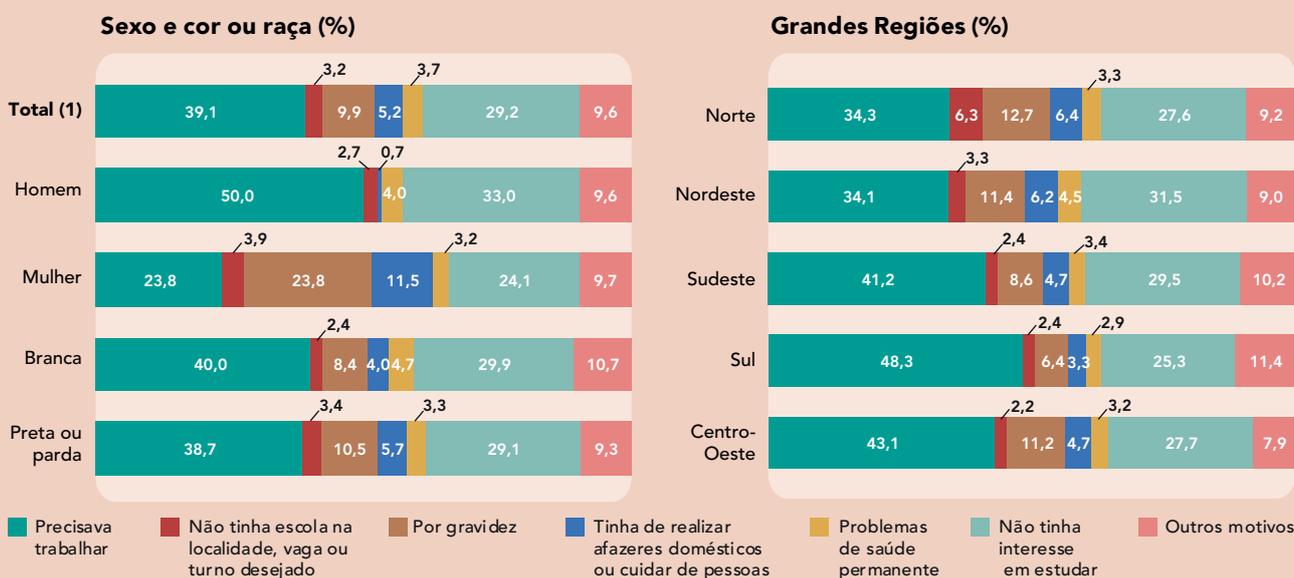
Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, por idade em que abandonou a escola pela última vez, segundo as Grandes Regiões, o sexo e a cor ou raça (%)

Grandes Regiões, sexo e cor ou raça	Idade em que abandonou a escola pela última vez (%)						
	Até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Brasil	8,5	8,1	14,1	17,7	17,8	15,8	18,0
Norte	9,7	7,3	11,3	14,0	15,2	15,9	26,6
Nordeste	9,0	7,3	13,9	14,9	16,4	16,2	22,2
Sudeste	8,7	9,0	14,9	21,6	18,2	14,6	12,9
Sul	7,1	9,9	16,3	19,2	20,6	15,5	11,4
Centro-Oeste	5,9	6,3	12,2	16,6	20,6	18,6	19,9
Sexo							
Homem	9,0	7,7	13,6	17,4	18,0	16,9	17,5
Mulher	7,8	8,8	14,9	18,0	17,4	14,3	18,8
Cor ou raça							
Branca	8,3	9,5	14,6	19,4	18,2	15,2	14,9
Preta ou parda	8,6	7,7	13,9	17,0	17,6	15,9	19,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

⁶ É válido lembrar que, em 2019, mais de 15% dos jovens de 18 a 24 anos nas Regiões Norte e Nordeste frequentavam escola com atraso escolar, percentual que é quase o dobro das demais Regiões.

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
 (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este contingente chegou a 39,1%. Para este principal motivo, ressaltam-se os homens, com 50,0% e as pessoas brancas, com 40,0%. Para as mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez (23,8%) e trabalho (23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres indicaram realizar os afazeres domésticos como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este percentual foi inexpressivo.

Analogamente, precisar trabalhar foi o principal motivo alegado por esses jovens em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Centro-Oeste (43,1%) e a Sul (48,3%). A Região Nordeste registrou a menor taxa, 34,1%. De forma complementar, o não interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 25%, com destaque para o Nordeste, com 31,5%. Esses dois principais motivos somados alcançam cerca de 70% desses jovens, independentemente da Região, e sugerem a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola.

Frequência à educação profissional

Graduação tecnológica

A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém tem enfoque específico em uma área profissional, duração menor (de 2 a 3 anos) e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2019, dos 8,4 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 834 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 9,9% do total de estudantes do ensino superior. Em relação a 2018, no Brasil, houve estabilidade no percentual de estudantes nesse tipo de graduação.

A graduação tecnológica ainda é uma modalidade com pouca participação entre os cursos de graduação. Sua evolução desde 2016 tem estado próxima a 10% e sem grandes variações. Em 2019 houve, entre os homens, uma ampliação da participação frente a 2018 de 10,3% para 11,3%. Entre as pessoas brancas, o aumento foi de 8,2% para 9,2% e, na Região Sudeste, de 8,6% para 9,9%. Nos demais grupos, o percentual de pessoas nesses cursos se manteve estatisticamente estável.

Técnico de nível médio

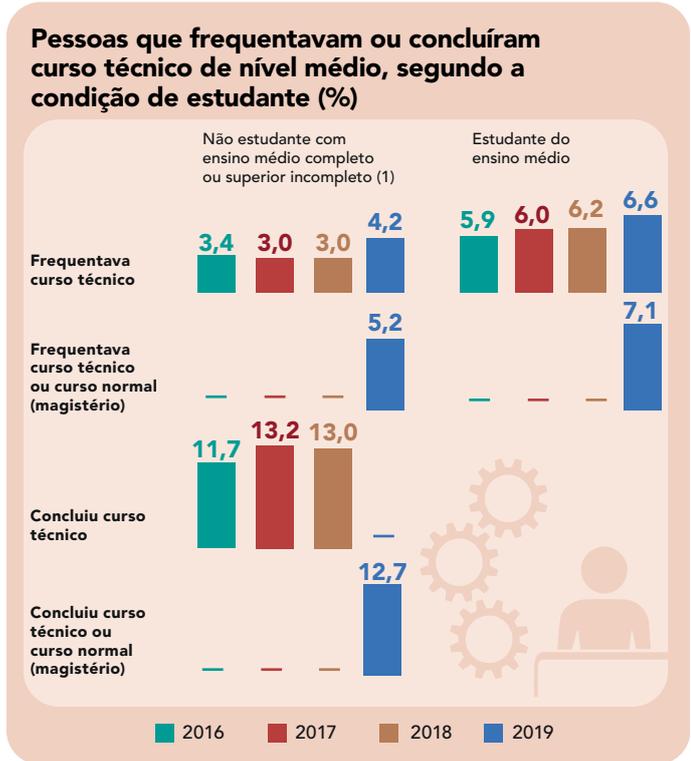
A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso. No caso dos cursos articulados, o diploma de técnico em uma determinada área só é recebido quando a pessoa completa o ensino médio.

A partir de 2019, a PNAD Contínua passou a captar também o curso de magistério (normal) na investigação do curso técnico de nível médio. Com isso, parte dos indicadores deixaram de ser comparáveis ao longo do tempo⁷. No entanto, a melhoria da captação irá nos propiciar uma compreensão mais ampla do tema.

⁷ A comparação temporal entre 2016 e 2019 é apenas possível no tocante a frequência a curso técnico de nível médio no momento da entrevista.

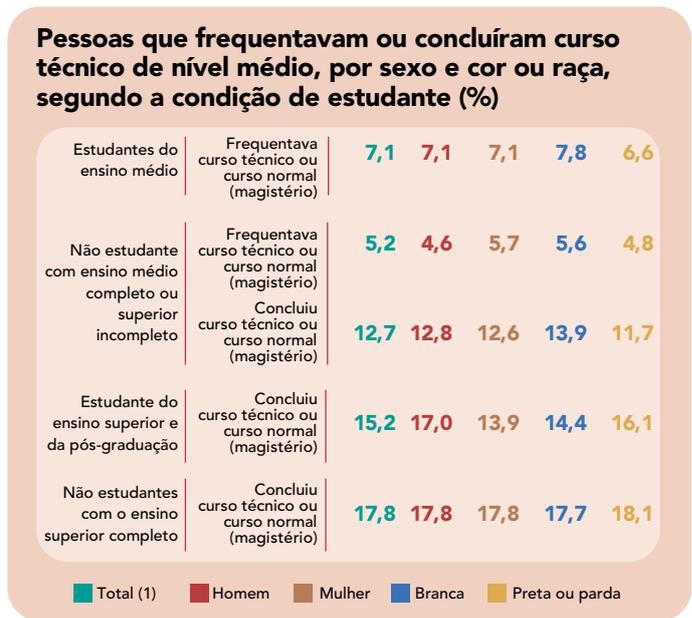
Em 2019, no Brasil, dos 9,3 milhões de estudantes do ensino médio (regular ou da Educação de Jovens e Adultos - EJA), 7,1% frequentavam curso técnico de nível médio ou o curso normal de nível médio para formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Restringindo aos cursos técnicos de nível médio, o percentual foi de 6,6%, estatisticamente igual ao percentual de 2018.

Já entre as 49,3 milhões de pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação – ou seja, aquelas que tinham o requisito mínimo para ingressar na educação técnica de nível médio e não estavam no ensino superior – 5,2% frequentavam curso técnico ou curso normal. Considerando apenas o curso técnico, esse percentual foi de 4,2%, 1,2 p.p. maior que em 2018. Além disso, deste grupo de pessoas, 12,7% haviam concluído um desses cursos⁸.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.
(1) As diferenças entre 2018 e 2019 e entre 2016 e 2019 são significativas ao nível de 95,0%.

Analisando os resultados de 2019 por sexo e cor ou raça, nota-se que a realização de curso técnico ou normal (magistério) pelos estudantes de ensino médio foi igual para homens e as mulheres (7,1%). No entanto, entre os estudantes de cor branca, 7,8% frequentavam essa modalidade de educação profissional, percentual 1,2 p.p. maior do que entre os estudantes de cor preta ou parda.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Entre o grupo de pessoas com os requisitos educacionais mínimos para frequentar ou já ter concluído um curso da educação técnica de nível médio e que não frequentavam o ensino superior, 12,8% dos homens e 12,6% das mulheres possuíam um diploma desta modalidade. Em termos de cor ou raça, esses percentuais foram de 13,9% entre as pessoas brancas e 11,7% entre as pretas ou pardas, ou seja, uma diferença de 2,2 p.p..

Cabe ainda avaliar o percentual de pessoas com o nível técnico completo entre aquelas que eram estudantes de graduação e pós-graduação, assim como entre aquelas com ensino superior completo que não frequentavam cursos de pós-graduação. Para o primeiro grupo de pessoas, o percentual de homens com diploma de técnico (17,0%) foi maior do que entre as mulheres (13,9%), assim como o de pessoas pretas ou pardas superou o de pessoas brancas, 16,1% e 14,4%, respectivamente. Já o segundo grupo de pessoas, o percentual daqueles que haviam concluído curso técnico ou magistério chegou a 17,8% no Brasil, mesmo percentual alcançado por homens e mulheres e, 17,7% entre os brancos frente a 18,1% entre pretos ou pardos.

Qualificação profissional

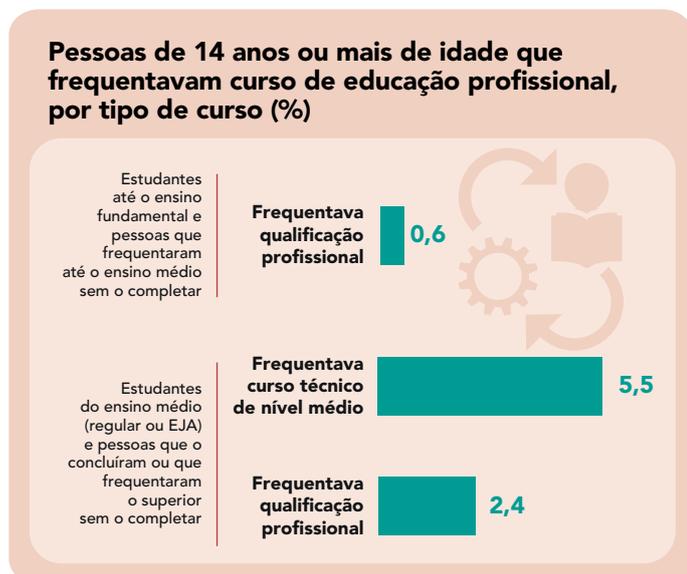
A modalidade mais acessível da educação profissional, a qualificação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação.

⁸ De 2018 para 2019 o número de pessoas com o ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentavam uma graduação aumentou em 3,5%, ou seja, 1,6 milhão de pessoas.

Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de cursos de Formação Inicial e Contínua - FIC, estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e nas Instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem⁹, com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que considera como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem cursos FIC ou não.

Em 2019, das 79,9 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam até o ensino fundamental e aquelas que anteriormente frequentaram, no máximo, o ensino médio sem completá-lo, 0,6% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que equivalia a 461 mil pessoas. Entre as 58,6 milhões de pessoas que frequentavam o ensino médio ou que haviam concluído esse nível sem ter alcançado o ensino superior completo, 2,4% frequentavam curso de qualificação profissional e 5,5% curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério), totalizando 4,6 milhões de pessoas em alguma das duas modalidades de educação profissional.



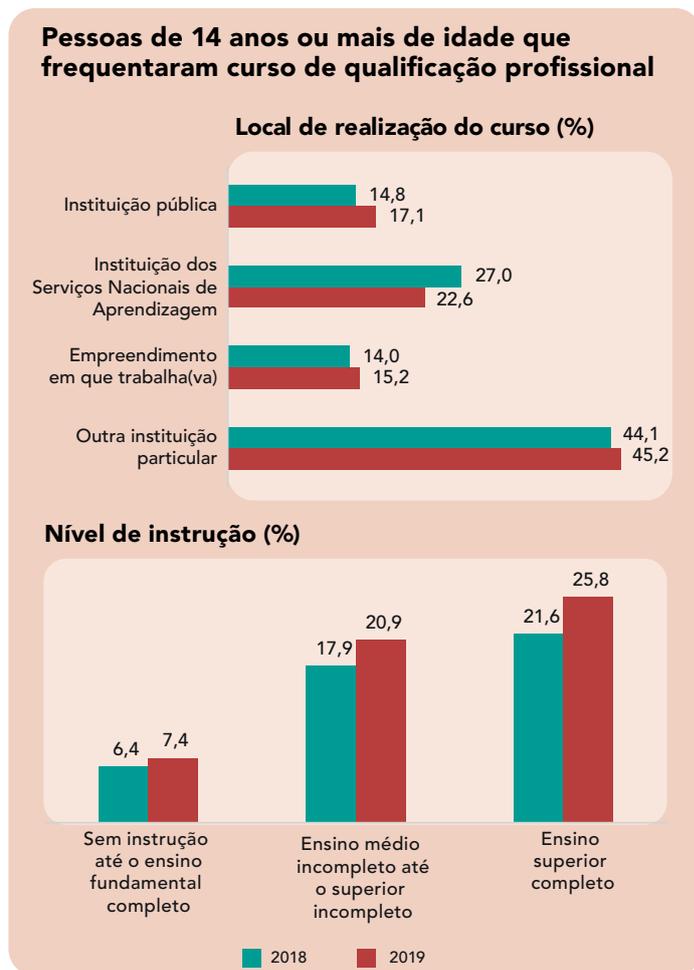
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Para complementar o panorama da educação profissional, é válido avaliar a frequência passada aos cursos de qualificação profissional. Em 2019, dos quase 171 milhões pessoas de 14 anos ou mais, 26,7 milhões já haviam frequentado algum curso de qualificação

⁹ Os Serviços Nacionais de Aprendizagem são um conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, composto por: SENAI, SESI, SENAC, SENAR, SESC, SENAT, SEST, SESCOOP e IEL.

profissional, ou seja, um percentual de 15,6%, 2,5 p.p. a mais que em 2018. Na abertura por nível de instrução, observa-se um aumento da frequência em cursos de qualificação profissional à medida que aumenta o nível de instrução. Entre as pessoas sem instrução ou com até o ensino fundamental completo, 7,4% haviam frequentado tais cursos em algum momento do passado. Entre as pessoas com o ensino médio incompleto até o superior incompleto, foi cerca de 20,9% e entre aqueles com o ensino superior completo, o percentual alcançou 25,8%.

Em termos das instituições onde os cursos de qualificação profissional foram realizados, 15,2% das pessoas fizeram tais cursos no empreendimento em que trabalhavam, 17,1% em instituições públicas, 22,6% em instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e 45,2% em outras instituições privadas. Comparando-se 2018 e 2019, nota-se que houve um aumento no percentual de pessoas frequentando cursos de qualificação profissional nos diferentes tipos de instituição, contudo houve uma queda significativa na frequência aos cursos de instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem: de 27,0% em 2018 para 22,6% em 2019.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019.

Nota: As diferenças entre 2018 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Pessoas de 15 a 29 anos

Pessoas com no máximo o ensino superior incompleto que não frequentavam escola e cursos da educação profissional ou pré-vestibular

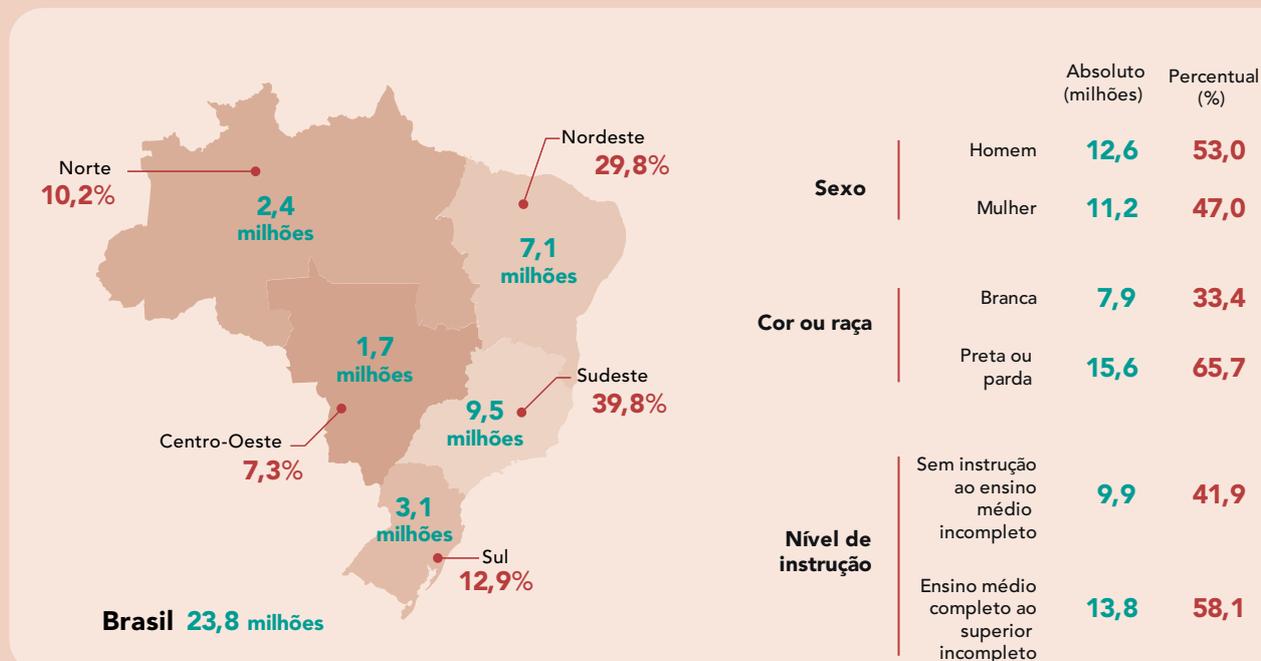
Em 2019¹⁰, 23,8 milhões de pessoas de 15 a 29 anos com nível de instrução até o superior incompleto não frequentavam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular. Deste contingente, 53,0% eram homens e 65,7% de cor preta ou parda. Adicionalmente, 58,1% tinham o ensino médio completo ou o superior incompleto e 41,9% eram sem instrução ou com no máximo o ensino médio incompleto. Entre as Grandes Regiões, o Sudeste concentrou o maior percentual de pessoas nesta situação, 39,8%, seguido do Nordeste com 29,8%. O menor percentual foi registrado no Centro-Oeste, com 7,3%.

Cada grupo de jovens tem motivações diferentes para não seguir estudando ou ampliando a sua qualificação. Levando-se em consideração a faixa de 15 a 29 anos com no máximo o ensino médio incompleto, percebeu-se que, entre os homens, a principal

motivação foi a necessidade de trabalhar (55,6%). Já entre as mulheres, este motivo foi escolhido por 24,8%. O motivo prevalente entre as mulheres, no entanto, foi a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas, com 38,7%. Vale destacar o percentual significativo de pessoas que não tinham interesse em estudar: 31,9% entre os homens e 20,4% entre as mulheres; 26,3% dentre as pessoas brancas e 26,8% dentre as pretas ou pardas. No Brasil, 3,2% elegeram a falta de escola, vaga, turno ou curso de interesse na localidade como principal motivo, sendo mais frequente entre as mulheres (3,6%) e entre as pessoas pretas ou pardas (3,5%).

Para o grupo de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou curso superior incompleto, a necessidade de trabalhar foi o motivo prevalente em todas as subdivisões, com destaque para 52,3% dos homens e 46,6% das pessoas brancas. O segundo motivo mais frequente foi a falta de dinheiro para pagar as despesas: 20,1% das mulheres e 19,0% das pessoas de cor preta ou parda. Já 12,9% das mulheres apontaram a necessidade de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas. Destacam-se, ainda, os percentuais daqueles que já tinham concluído o nível de estudo que desejavam, na faixa de 10 a 11% em todos os grupos. Não ter interesse em estudar foi mais prevalente entre os homens (12,2%), valor acima da média nacional, que atingiu 10,1%.

Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo o ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular

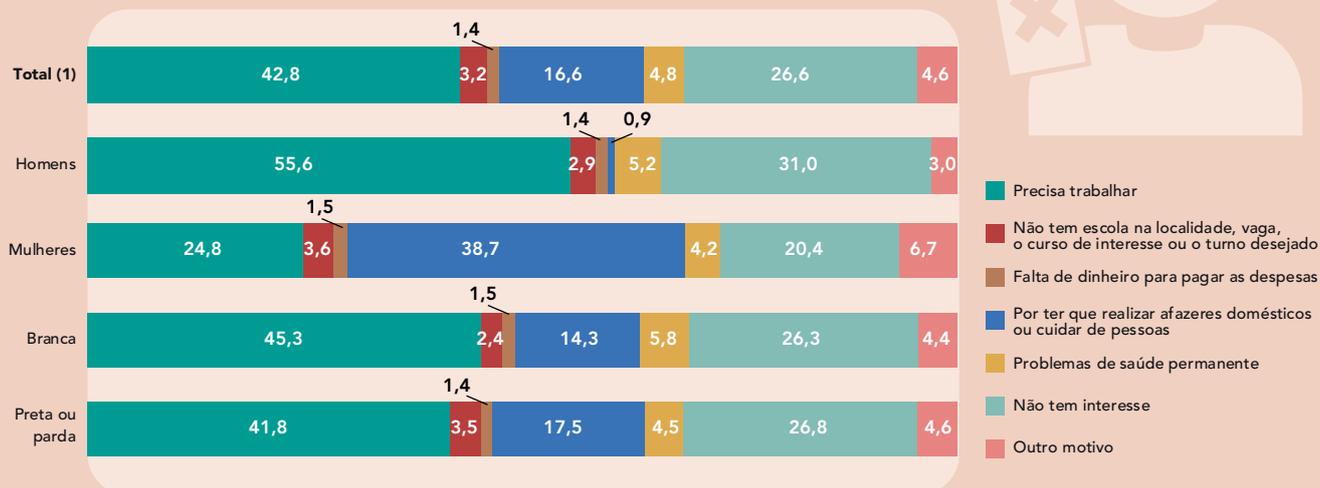


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

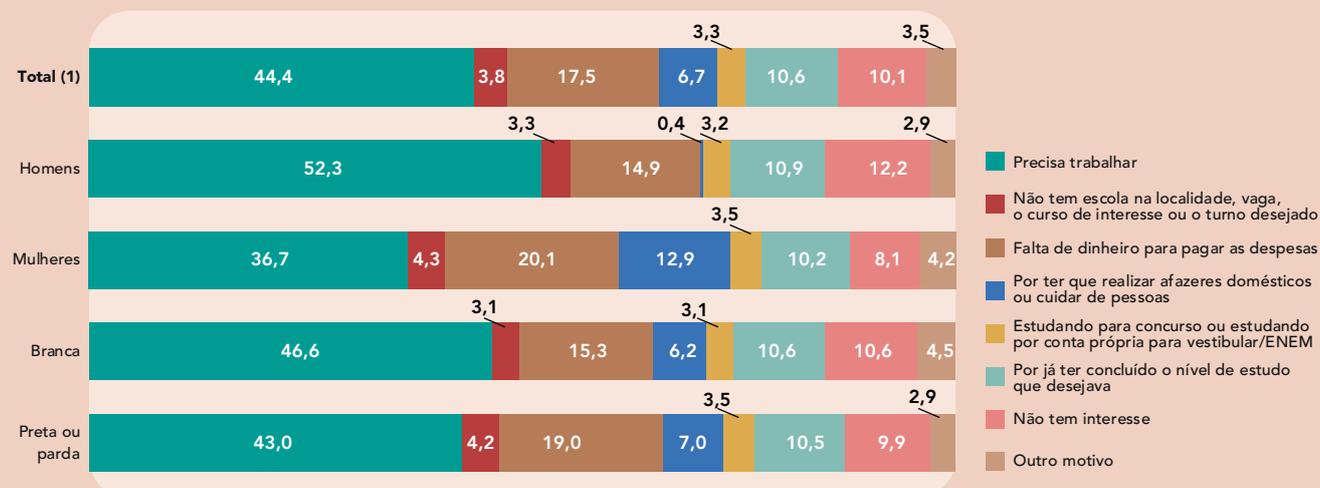
¹⁰ Cabe destacar que, com a inclusão da captação da frequência a curso normal (magistério), a comparação com os demais anos da pesquisa não pode ser realizada.

Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, por motivo de não frequência

Com até o ensino médio incompleto (%)



Com ensino médio completo até superior incompleto (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Condição de estudo e a situação na ocupação

Após apresentar o panorama da frequência a educação básica, superior e profissional, além dos motivos de pessoas de 15 a 29 não estarem estudando ou se qualificando, é importante analisar a distribuição da população dessa faixa etária segundo a condição de estudo (estudando ou não estudando) e a situação na ocupação (ocupada ou não ocupada¹¹). Para a condição de estudo, considera-

-se um conceito amplo que inclui desde a frequência à escola, assim como a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) e qualificação profissional.

No Brasil, em 2019, havia 46,9 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade. Dentre essas pessoas: 14,2% estavam ocupadas e estudando; 22,1% não estavam ocupadas nem estudando; 28,1% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,6% estavam ocupadas e não estudando.

¹¹ Pessoa desocupada ou fora da força de trabalho.

Entre as mulheres, 27,5% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando e, entre os homens, 16,6%. Por outro lado, 28,8% das mulheres e 42,3% dos homens apenas trabalhavam e 29,9% das mulheres e 26,4% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam. Com relação a cor ou raça, 17,0% das pessoas brancas trabalhavam e estudavam, percentual bem maior do que entre as pessoas de cor preta ou parda (12,4%). O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (37,1%) e apenas estudando (28,8%) também superou o de pessoas de cor preta ou parda, 34,6% e 27,7% respectivamente.

Entre as pessoas mais novas, de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar obrigatória, 78,8% se dedicavam exclusivamente ao estudo e 11,5% estudavam e trabalhavam. No grupo das pessoas de 18 a 24 anos, 35,1% apenas trabalhava e 26,5% não trabalhava, nem estudava ou se qualificava. Essa foi a faixa etária

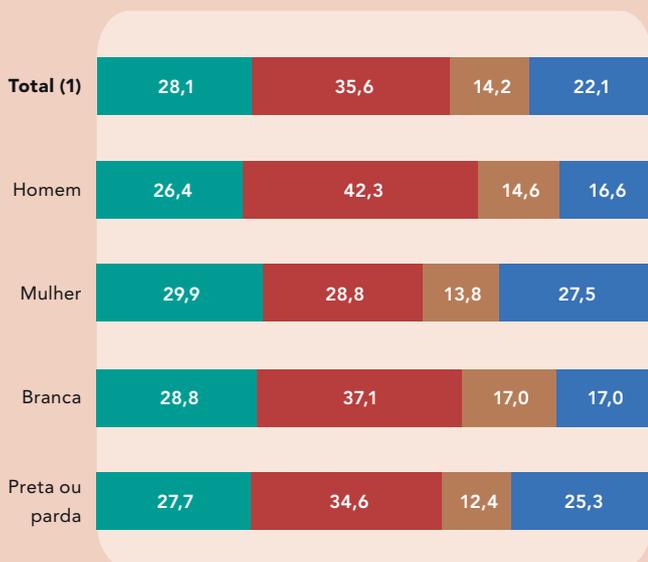
que apresentou o maior percentual de pessoas nessa categoria. Já no grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, há um aumento da relação com o mercado de trabalho, visto que 57,3% dessas pessoas estavam apenas ocupadas e 12,3% estavam ocupadas e estudando ou se qualificando. Por outro lado, 24,9% das pessoas desse grupo não estavam ocupadas nem estudando ou se qualificando, percentual alto para a juventude de uma geração mais escolarizada, porém em um momento econômico não favorável.

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do País. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade. ■

Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%)



Sexo cor ou raça



Grupos de idade



■ Não ocupada e estudava ou se qualificava
 ■ Ocupada e não estudava, nem se qualificava
 ■ Ocupada e estudava ou se qualificava
 ■ Não ocupada e não estudava, nem se qualificava

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Trabalho
e Rendimento

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Agência Brasil
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação
de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.

/ibgecomunica /ibgeoficial

/ibgeoficial /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203>